



CULTURA E SABER PARA POVO: A CRIAÇÃO DE BIBLIOTECAS POPULARES NA CIDADE DO RECIFE NAS DÉCADAS DE 1940 – 1960

Rosana Maria dos Santos (UFRPE)¹

O artigo tem como objetivo analisar e problematizar a criação do Departamento de Documentação e Cultura e a sua importância para o desenvolvimento das políticas públicas voltadas para as construções de Bibliotecas Populares na cidade do Recife. Em 1949, foi promulgada pelo presidente da Câmara Municipal do Recife e autorizada pelo prefeito Pelópidas Silveira a Lei nº 292, de 16 de abril, que instituía a criação de bibliotecas populares nos bairros da periferia da capital de Pernambuco. As políticas culturais e educacionais propiciadas pela efetivação da Lei impactaram as vidas daqueles que delas puderam ter acesso à leitura. Os benefícios trazidos por essas bibliotecas revelaram uma dimensão antes nunca vista no cenário cultural e educacional do Recife. As bibliotecas populares romperam com o imobilismo da Biblioteca Pública e conseguiram levar a leitura à população mais distante do centro, além disso, proporcionaram o crescimento intelectual do povo marginalizado. As implementações das políticas públicas voltadas ao acesso à educação através da cultura oportunizaram aos moradores do Recife um encontro com a própria identidade de ser humano. Esses espaços de leitura e compartilhamento de conhecimento foram uma inovação, pois proporcionaram o encontro do povo com o livro. Até o final do século XIX essas pessoas sequer poderiam usufruir dos bens públicos de uso comum do povo, como as praças, parques, cujo ingresso era limitado por grades, de sorte que apenas os privilegiados poderiam deles apropriar-se. No entanto, essa apropriação literária proporcionada ao povo foi definida e controlada pelo Estado, através das elites intelectuais do Recife.

Palavras - chave: Bibliotecas Populares, Recife, Políticas Públicas, Departamento de Documentação e Cultura.

Os Primeiros Passos para a Construção do Recife ‘Moderno’

O século XX foi marcado por uma forte mudança paisagística, econômica e social na cidade do Recife. No final do século XIX, a capital pernambucana era um dos principais centros de comercialização do país. Sua importância se estendia nas áreas político-administrativa, financeira e cultural. Esse desenvolvimento começou a atrair um grande contingente populacional, em busca de trabalho e melhores condições de vida. O processo de industrialização do século XIX trouxe os traços iniciais para o processo de urbanização do Recife no século XX. O crescimento demográfico nas décadas de 1940-1950 e 1950-1960 foi de, respectivamente, 50,6% e 51,9%. Trata-se de

¹Doutoranda em História Social da Cultura Regional pela Universidade Federal Rural de Pernambuco no período de 2020.1.



um aumento populacional decorrentes do crescimento vegetativo e dos fluxos migratórios. Esse aumento populacional, no transcurso da década de 1950, significou a passagem de uma situação de quase equilíbrio da distribuição populacional entre urbana (55,5%) e rural (44,5%), para uma outra, em que há dominância da primeira (1960 - 65,7%) sobre a segunda (PONTUAL, 2001).

Os locais de divertimento, lazer e espaços de leitura eram visitados por elementos da alta sociedade, e não permitiam que as camadas populares usufríssem desses bens culturais, pois eram espaços que serviam para distinguir economicamente e socialmente a população recifense. Segundo o historiador Raimundo Arrais (1998), esses espaços de lazer causavam uma grande sedução sobre as camadas populares. Por isso, torna-se comum a construção de grades em praças e jardins do Recife, que tinham por objetivo excluir os populares de certos lugares públicos, deixando bem claro até que ponto a exclusão social foi latente na urbe. As camadas pobres do Recife sofreram as mais diversas e variadas formas de controle. Essas tentativas de controle sobre o povo eram pautadas em ações repressivas e coercivas, porém essas medidas foram incapazes de domesticar e disciplinar os corpos (ARRAIS, 1998).

A modernização implementada nas primeiras décadas do século XX alterou não apenas a aparência física da cidade, ela trouxe também intensas mudanças nos padrões de convivência dos seus habitantes. As novas regras e normas de convívio impostas por grupos pertencentes às elites implicavam no controle e na repressão de uma série de manifestações e práticas tradicionais, principalmente as que estavam ligadas às camadas populares. No entanto, padrões de comportamento e convivência social nos espaços de lazer e divertimento geraram momentos de conflitos e tensões, mas igualmente abriram possibilidades de trocas, apropriações e adaptações culturais entre os desiguais. As elites brigavam para dominar os espaços públicos, sobretudo, as ruas, porém não conseguiram controlar definitivamente esses lugares nem afastar os populares delas. A população recifense, principalmente os menos favorecidos economicamente, utilizavam os diversos espaços da cidade para o seu divertimento (COUCEIRO, 2003).

Nesse contexto, enquanto o sistema político e social estivesse sustentado por princípios de desigualdade e exclusão, as políticas culturais e educacionais estariam a serviço da dominação econômica e política das classes abastardas. Fazia-se necessário refletir sobre a relação de dirigentes e dirigidos. No entanto, para transformar essa



relação, marcada pelo autoritarismo das elites, era preciso rever a distribuição desigual dos saberes, tanto no plano cultural quanto educacional.

No final da década de 1950 e início dos anos de 1960, houve um grande aumento populacional nas áreas urbanas do Recife. A população urbana, pela primeira vez aparecia no censo, maior que a população rural. Conseqüentemente, o processo de urbanização revelou o analfabetismo, que foi erigido no país como um problema pedagógico e político, transformando-se quase que de repente num rótulo, em um problema sem solução (FERRARO, 2009).

Foi nas décadas de 1950- 1960, que os primeiros passos em direção ao processo de politização da cultura e da educação começam a andar a passos curtos. A necessidade de criar políticas públicas trouxe transformações significativas para que as camadas populares pudessem contribuir e usufruir de projetos que visavam ‘democratizar’ a cultura e a educação.²

A criação do Departamento de Documentação e Cultura e a criação das bibliotecas populares no Recife

O Departamento de Documentação e Cultura (DDC) era uma repartição Municipal, subordinada ao prefeito da capital pernambucana. O Departamento originou-se da transformação da Diretoria de Documentação e Cultura, que substituiu a Diretoria de Estatística e Propaganda e Turismo (DEPT).

A DEPT surge em março do ano de 1939, durante a gestão do Prefeito Antônio de Novais Filho, tendo como função a realização de atividades estatísticas e a promoção da atividade turística, sobretudo a de propaganda. A diretoria foi criada a partir de uma necessidade de atender aos turistas que chegavam ao Recife. Segundo o historiador Dirceu Marroquim, a Diretoria foi uma das principais incentivadoras de políticas públicas de turismo para o Estado, principalmente no Recife. Além do desenvolvimento da atividade turística, ela tinha a função de propagar a imagem do Estado e de seu

² Os anos de 1950 e 1960 foram marcados pela ascensão de duas lideranças políticas com características democrática e progressista, assim ficaram conhecidos os governos de Pelópidas Silveira e Miguel Arraes, ambos com perfil ideológico de esquerda, muito diferente de todos que já tinham governado o Recife e Pernambuco até então. Esses políticos nasceram da Frente do Recife (movimento político que unificava democratas, progressistas, trabalhistas, socialistas e comunistas). Eram Governos que, pela primeira vez, atuavam junto às massas (periféricas na cidade do Recife, no caso de Pelópidas e camponeses explorados nas regiões produtoras de cana de açúcar, no caso de Arraes).



Interventor Agamenon Magalhães, nacional e internacionalmente (MORROQUIM, 2013).

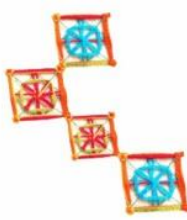
A Diretoria nasce em um momento importante da história brasileira, dois anos antes de sua criação, em 1937, com a decretação do Estado Novo, houve mudanças significativas no país. Os governadores de cada Estado passaram a se chamar Interventores, que representavam todas as vontades de Getúlio Vargas. Em Pernambuco, o Interventor Federal indicado pelo Presidente foi Agamenon Magalhães. O Interventor foi um grande articulador, tornou-se muito próximo do Presidente e foi um dos mentores do golpe e da estrutura político-administrativa do Estado Novo (PANDOLFI, 1984).

O interventor estadual fez modificações no perfil urbano do Recife, através de um plano de remodelação, segundo o qual a miséria e pobreza deveriam ser escondidas. A Capital deveria ganhar *status* de um centro urbano limpo, onde a pobreza “aparentasse” não existir. Agamenon também realizou várias obras para a viabilização das indústrias e dos transportes, sobretudo, as que ligavam a capital ao interior do Estado (PANDOLFI, 1984). Para prefeito da capital pernambucana nomeou Novais Filho (administrou a cidade do Recife de 1937-1945), que ficou conhecido pela imprensa local como o “matuto”. (PONTUAL, 2001).

Novaes Filho realizou mudanças na cidade, principalmente, as de cunho paisagístico: pavimentou ruas, revitalizou e criou praças públicas. Segundo Teixeira, nas décadas de 1940 e 1950 a cidade do Recife passava por um período de grande efervescência cultural, além disso, os anos citados ocupam um lugar central na história recente do Recife. As transformações que a cidade vivenciou nessas duas décadas foram de suma importância para a construção de um Recife cultural. É válido lembrar que muito antes dos anos da criação da Diretoria de Documentação e Cultura já havia um dinamismo da vida cultural na cidade, no entanto a partir de 1940 há consolidação dessa efervescência cultural de práticas culturais (TEIXEIRA, 2007).

Foi no ano de 1944, durante a gestão de Novais Filho, que Manuel de Souza Barros lançou a proposta de criação de bibliotecas³ na cidade do Recife. De início,

³A tradição literária em Pernambuco tomou grande proporção, a partir de 1852, com a criação da Biblioteca Pública Provincial, através da Lei nº 293, obrigando as tipografias a lhe remeterem um exemplar de todas as publicações editadas. O seu primeiro regulamento foi aprovado e publicado em



Souza Barros fez questão de destacar a opção por bibliotecas distritais em detrimento de popular, já que o mesmo estava imbuído pela política estadonovista, e alertava que elas não deveriam ser interpretadas ou confundidas como um método de popularização, e muito menos deveriam ter relações com a preservação do folclore. De acordo com Antônio Candido, a concepção de Souza Barros tem a ver com o com o período pós 1940, em que havia um certo repúdio do local. Nesse sentido, há uma predileção pelo pitoresco e extraliterário; e um novo anseio generalizador, procurando fazer da expressão literária um problema de inteligência formal e de pesquisa interior (CÂNDIDO, 1995).

Manuel de Souza Barros foi um crítico ferrenho da Biblioteca Pública e do modo como ela funcionava. Não havia a intenção de divulgação de informações compatíveis com os interesses e os problemas do proletariado, por isso, para Barros, até então nada foi feito em benefício do povo, pois a Biblioteca Pública sempre serviu apenas para pesquisadores e estudiosos (VERRI, 2010).

Diante de um cenário de miséria social e ineficiência da Biblioteca Pública, Souza Barros se destaca pela sua determinação e clareza em prover bibliotecas populares e dinâmicas no Recife, chegando a apresentar sua proposta não apenas ao prefeito Novais filho, mas também ao diretor do Instituto Nacional do Livro, Augusto Meyer⁴. As fontes documentais deixam transparecer que Souza Barros só pediu apoio dos órgãos culturais. sob o controle do governo central, para colocar seus projetos em prática. De posse dos dados, Souza Barros propôs a criação de um novo órgão para a

1874. À época de sua criação, a literatura em Pernambuco residia no Gabinete Português de Leitura nas estantes particulares, nos compêndios e na bibliografia da Faculdade de Olinda. A primeira instalação da Biblioteca Pública foi junto ao Liceu Provincial, que deu origem ao Ginásio Pernambucano, onde funcionava o Hospital Paraíso, situado na Avenida Dantas Barreto. A biblioteca do estado de Pernambuco é marcada por uma constante mudança de localidades: em 1854, passou a funcionar no Colégio das Artes, na Rua do Hospício, atual Hospital Geral do Recife, em 1860 localizava-se no Convento do Carmo, entre 1875 a 1930 ficou localizada no Palacete da Câmara Municipal localizado na Praça da República (**BIBLIOTECA PÚBLICA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**. Recife. Disponível em: <http://www.biblioteca.pe.gov.br/?pag=1&men=3> <URL>. Acesso em: 23, jul de 2020.

⁴ O Instituto Nacional do Livro (INL) foi criado em dezembro de 1937, com sede na Biblioteca Nacional no Rio de Janeiro, por iniciativa do ministro [Gustavo Capanema](#). O Instituto tinha por objetivo a edição de obras literárias julgadas de interesse para a formação cultural da população, a elaboração de uma enciclopédia e um dicionário nacionais e a expansão, por todo o Brasil, de bibliotecas públicas (VERRI, 2010, p. 88). Para Suaíden (2000, p.53), a criação do INL deve-se a dois fatos: *o primeiro era uma resposta do governo federal aos intelectuais que haviam participado da Semana de Arte Moderna e que criticavam muito a administração pela falta de uma política cultural. O segundo fator era que havia necessidade de dar especial atenção à nova classe dos operários, pois basicamente a mão-de-obra não era qualificada e o analfabetismo atingia altas proporções nesse segmento.*



Prefeitura, com o objetivo de cuidar da leitura pública. A proposta foi adiada pelo prefeito Novais filho, pois alegava que o estado estava passando por dificuldades financeiras.

O fato é que a proposta apresentada por Souza Barros foi interpretada, no que tange a composição do acervo, era a de levar à população obras ‘vulgares’ de grande aceitação pública (hoje conhecidos como *best-sellers*) que expressassem sentimentos universais simplificando ou imbuindo questionamentos relativos às formações e relações sociais em detrimento da difusão de obras eruditas (VERRI, 2010).

Desse modo, o processo de circulação de livros nas bibliotecas públicas nesse período demonstra a ação política do Estado no controle e distribuição e do consumo literário, homogeneizando o que deveria ser lido, quem deveria ler e onde deveria ser lido. Com esses parâmetros, o incentivo ao hábito de leitura induzia e reduzia o surgimento de ideias contrárias às ideologias do governo. As bibliotecas foram importantes para o desenvolvimento das ciências, das letras e das artes, ou seja, a cultura popular foi excluída, privilegiando a produção cultural das elites.

Ainda na gestão de Novais Filho, no dia 8 junho de 1945, através do decreto lei nº 428, a Diretoria de Estatística, Propaganda e Turismo (DEPT), passou a se chamar Diretoria de Documentação e Cultura.

A nova Diretoria era uma ponte por meio da qual o poder público desenvolvia as atividades que considerasse culturais para cidade do Recife. A Diretoria era dirigida por Manuel de Souza Barros, que também foi diretor da Diretoria de Estatística, Propaganda e Turismo, que fica no cargo até 1948.⁵

Em 1949, foi promulgada pelo presidente da Câmara Municipal do Recife e autorizada pelo prefeito Pelópidas Silveira, a Lei nº 292, de 16 de abril, que instituía a instalação, por meio da Diretoria de Documentação e Cultura, a construção três bibliotecas populares nos bairros de Santo Amaro, Tegipió e Encruzilhada. Para garantir

⁵A principal revista que ajudou a propagar a vida cultural da cidade foi a revista Arquivos, sendo publicada entre os anos de 1942 e 1977. O DDC utilizava a revista para divulgar os eventos que realizou ou apoiou, tais como: salões de pintura, exposições fotográficas. O departamento também produziu muitas publicações que buscavam evidenciar a vida cultural da cidade do Recife, dentre elas a artística. A revista era vinculada à Prefeitura Municipal do Recife. As edições que serão analisadas para execução desse projeto estão no setor de periódicos do Centro de Documentação e Estudos da História Brasileira da Fundação Joaquim Nabuco.



a estruturação dessas bibliotecas, o então diretor José César buscou contatos com a Biblioteca Nacional e a Biblioteca Pública de São Paulo. Ainda no ano de 1949 pelo decreto Lei nº 436, o prefeito Manuel César de Moraes Rêgo, autoriza instalação de Biblioteca Popular no bairro da Casa Amarela, em Beberibe. A Biblioteca do Bairro de Afogados foi criada pela Lei 1.686 em 5 de março de 1952 e inaugurada em 1955.

Em 1953, durante a reforma administrativa determinada pelo prefeito José do Rego Maciel, a Diretoria passou a denominar-se Departamento de Documentação e Cultura.⁶ As atividades do Departamento sofreram vultosas mudanças, tanto nos seus serviços como na sua estrutura. Além disso, o Departamento passou a ser integrado por uma divisão: de documentação e divulgação, que ficou responsável pelos serviços de arquivo, fototeca, filмотeca, publicidade, turismo e divulgação. Também era de responsabilidade do Departamento promover a cultura e recreação no Recife, que tinha por finalidade proporcionar à população filmes, bibliotecas, discotecas, sessões de teatro e música. O Departamento ainda contava com setores de comunicação, estatística, pessoal e material, cujo principal interesse era promover tudo que englobasse a parte cultural do Recife.⁷

Outros programas culturais desenvolvidos pelo DDC foram a biblioteca ambulante, que circulava pelos subúrbios do Recife; e um posto de empréstimos de livros na Avenida Guararapes, que fez muito sucesso entre os leitores. Mas famoso mesmo ficou a biblioteca ambulante que circulavam nos bairros a noite.

O DDC ganhou o prestígio e a admiração dos moradores dos subúrbios recifenses, pessoas que muitas vezes não tinham acesso à cultura regional, nacional ou até mesmo, mundial. O Departamento possibilitou uma maior aproximação da população de baixa renda, que passou a ter acesso à leitura de livros; músicas de diferentes estilos; visita a exposições de artes plásticas: escultura, fotografia e pintura. Essas eram práticas já bem desenvolvidas em grandes centros urbanos tais como Nova

⁶José do Rego Maciel foi prefeito do Recife de 1953 até 1955. Sua gestão foi marcada por obras voltadas para a Educação. Instalou a biblioteca popular de Afogados em edifício considerado moderno na época, além de criar a primeira biblioteca ambulante. Organizou o 1º Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, fundando o referido curso. PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE. Prefeitos. Disponível em: <http://www2.recife.pe.gov.br>. Acesso 29 de jul de 2020.

⁷ Segundo o Jornal Diário da Noite de 1953, o Departamento de Documentação e Cultura era um órgão especializado em cuidar da cultura do povo recifense. O DDC foi um órgão especializado em cultura, o pioneiro do país a promover cultura para o povo. **Diário da Noite**, Recife, 21 de mar. 1953, p.3.



York e Paris. Para Regueira Costa, o povo recifense, seja ele pobre ou rico, tinha direito a ter acesso à cultura.

No ano de 1955 a demissão de Césio Regueira, relatada pelo jornal Diário da Noite, trouxe profundas transformações ao Departamento. Segundo o periódico, o diretor estava sofrendo uma injustiça, pelo simples fato de não ser efetivo no cargo, o que acabava acarretando sua instabilidade com as sucessivas mudanças de políticos na Prefeitura. O diretor era um homem exigente com os servidores, nos relatórios entregues à Câmara Municipal do Recife, ele reclamava da falta de habilidades técnicas dos mesmos, segundo ele o DDC tinha um acúmulo de funcionários descapacitados para exercer tarefas capazes de satisfazer a grande demanda cultural que a cidade necessitava. Para ele, essa era uma das principais dificuldades do Departamento, além da falta de recursos financeiros.⁸

Com a chegada de Pelópidas Silveira à Prefeitura, em 1955, José Césio Regueira Costa volta à diretoria do DDC. Muitas jornalistas e políticos discordavam da volta de José Césio, alegando a elitização da cultura proposta por ele, que não conseguiu adentrar no gosto literário do povo. O diretor do DDC em defesa as críticas que lhe foram feitas afirmou que não é porque são bibliotecas populares destinadas ao povo que iriam ser planejadas com os piores materiais e obras literárias sem qualidade.

Na nova fase da sua gestão, Césio Regueira buscou estimular o turismo no Recife, assim como também a manutenção de bibliotecas, a promoção de concertos oficiais e populares, patrocínio de conferências e exposições de artes plásticas. Também falou da "ampliação dos serviços do DDC", que a partir daquele momento aprofundaria nas "camadas populares, segundo o desejo do Prefeito Pelópidas Silveira." A sede da repartição também iria mudar, para ficar mais acessível às camadas populares do Recife.⁹

Em 1959, Miguel Arraes torna-se prefeito do Recife e José Césio Regueira é afastado do cargo, que ficou sobre o comando Hermilo Borba Filho. Arraes, com projetos de transformar o DDC em Secretaria de Educação, devolve os espaços

⁸ O jornal Diário da Noite publicou alguns textos lamentando a demissão de Césio Regueira. O periódico também buscou enfatizar as boas ações feitas pelo DDC a vida cultural da cidade do Recife. DEMISSÃO Lamentável, 19/03/1955, p.3. Homenagem ao ex diretor da DDC, 25/03/1955, p.3.

⁹NOVA FASE do DDC. **Diário da Noite**, Recife, 21 de dez de 1955. p.3.



ocupados em prédios do Governo do Estado, em que estavam estaladas as bibliotecas de Santo Amaro e Encruzilhada, e transfere os acervos para outras, cujos edifícios pertenciam à Prefeitura, tais como as bibliotecas de Casa Amarela e Afogados.

Nesse sentido, as políticas culturais e educacionais propiciadas pelo DDC impactaram as vidas daqueles que delas puderam ter acesso, o que indica a substancialidade do Departamento. Em outro sentido, a ameaça do possível desmonte do DDC, transparece a face obscura de governos que não tem a sociedade como elemento basilar das suas decisões. Mediante o exposto podemos perceber que a implementação e efetivação de políticas públicas culturais e educacionais ficam reféns dos gestores públicos e daqueles que os auxiliam.

METODOLOGIA

A pesquisa parte dos novos paradigmas propostos pela história cultural, com o surgimento da Escola do *Annales* na França, em 1929. Propomos estudar uma história cultural de forma interdisciplinar, em que foi importante problematizar, confrontar e utilizar uma multiplicidade de documentos históricos. Dentre as novas propostas temáticas da História Social, destacam-se as investigações sobre as minorias e sua relação com a cidade e bens culturais.

A metodologia utilizada foi a de fontes secundárias e jornais. As fontes secundárias (livros) nos permitiram fazer uma discussão bibliográfica sobre o período estudado e entender o processo de urbanização nacional e local (FAUSTO, 1995; SINGER, 1980; SCHWARCZ, 2012; COUCEIRO 2003; TEIXEIRA, 2007).

Já os periódicos Folha da Manhã, Diário da Noite, Jornal do Commercio e Diário de Pernambuco pesquisados nos meses de janeiro até dezembro (1955-1964), tiveram um papel fundamental neste trabalho. Os periódicos nos permitiram adentrar no cotidiano da cidade do Recife, nos possibilitando analisar as suas práticas e as políticas de fomento à cultura e à educação.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Os Estudos culturais não devem ser analisados apenas como uma história intelectual do pensamento ou até mesmo algo voltado para os antigos modelos do fazer e pensar das políticas culturais e educacionais, eles devem ser pensados, antes de tudo,



como “um conjunto de significados” construídos e partilhados pelo homem para explicar o mundo.

É preciso analisar também até que ponto a presença dos populares nas ruas assistindo filmes, peças de teatro, frequentando bibliotecas públicas e visitando exposições de artes incomodavam as elites. As ruas e os bairros do Recife durante as apresentações promovidas pelo DDC transformavam-se. A rua, geometricamente definida por seu urbanismo, é transformada pelos moradores. O Bourdieu define essa mudança urbanísticas praticada pelos populares, como “habitus”. Para ele essas transformações constitui um sistema de fatores e elementos que relacionam a realidade externa com os hábitos individuais, construindo assim grupos de indivíduos com características peculiares, lutando por posições dentro de seus campos (BOURDIEU, 1996).

Nessa época, os que viviam pelas ruas do Recife, eram vistos como desocupados, homens que praticavam a “vadiagem”. Para Nobeit Elias, nas civilizações ocidentais modernas, ocorreu um processo que resultou na transformação das condutas, onde estes precisavam ser moldados. A esta transformação o sociólogo denominou de “processo civilizador”. Assim, viver nas ruas dos centros urbanos e praticar atos desordeiros em que não controlam os impulsos, são considerados, assim, incivilizados (ELIAS, 1993).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As atividades realizadas pelo Departamento de Documentação e Cultura e pelos órgãos que o antecederam, visando o desenvolvimento da prática cultural dos recifenses, notadamente daqueles pertencentes às camadas mais pobres da sociedade, se por um lado demonstra a importância do papel do Estado frente à consecução do exercício da cidadania, por outro revela os efeitos negativos das mudanças ocorridas com a troca dos governantes.

Desse modo, as bibliotecas populares foram construídas, desenvolvidas e conseguiram sobreviver durante alguns anos, constituindo assim, um fato inédito para a vida cultural da cidade, que possibilitou em um curto espaço de tempo o planejamento e a idealização da prática de leitura entre os recifenses. O DDC, enquanto formulador e



implementador de políticas públicas voltadas ao acesso à educação através da cultura oportunizou aos moradores do Recife um encontro com a cultura.

Referências

ARRAIS, Raimundo. **Recife, culturas e Confrontos**. Natal: EDUFRN, 1998.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: EDUSP, 2007.

CHARLE, C. História das elites e método prosopográfico. 2006. *In*: HEINZ, F. M. (org.). **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro : Fundação Getúlio Vargas.

COUCEIRO, Sylvia Costa. **Artes de viver a cidade: conflitos e convivências nos espaços de diversão e prazer do Recife nos anos de 1920**. Recife, tese de Doutorado em história. UFPE, 2003.

COUCEIRO, Sylvia. Entre festas, passeios e esportes: o Recife no circuito das diversões nos anos de 1920. *In* BARROS, Natália; REZENDE, Antônio Paulo; SILVA, Jaílson Pereira. **Os Anos 1920: histórias de um tempo**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012.

FERRARO, A. R. **História inacabada do analfabetismo no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2009.

FAUSTO, Boris. **A revolução de 1930. História e historiografia**. 4a edição. São Paulo: Brasiliense, 1976.

GOMINHO, Zélia de Oliveira. **Cidade vermelha: a experiência democrática no pós Estado Novo Recife, 1945 -1955**. Tese de doutorado em história, Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2011.

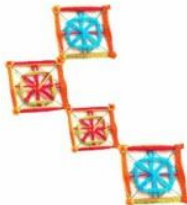
MORROQUIM, Dirceu S.M. História de um navio holandês (1939): antecipações do turismo em Pernambuco. *In* CASTRO, Celso; GUIMARÃES, Valéria Lima; MAGALHÃES Aline Montenegro. **Histórias do Turismo no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2013, p.197-209.

PANDOLFI, D. C. **Pernambuco de Agamenon Magalhães: consolidação e crise de uma elite política**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1984.

PAZ, Raissa Alves Colaço. **Preocupações artísticas: o caso do atelier coletivo da sociedade de Arte Moderna do Recife**. Dissertação de Mestrado em história. Campinas: Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), 2015.

PONTUAL, Virgínia. **Uma cidade e dois prefeitos: narrativas do Recife de nas décadas de 1930 a 1950**. Recife: Editora da UFPE, 2001.

PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE. **O Recife: história de uma cidade**. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 2000, fascículo 08, p.59.



REZENDE, Antonio Paulo de Moraes. **O Recife: História de uma Cidade.** Recife: Fundação de Cultura da cidade do Recife, 2002.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA. **Documentário do tri-centenário da restauração pernambucana 1854 -1954.** Recife. Acervo da Fundação Joaquim Nabuco.

SINGER, Paul . **Economia política da urbanização.** São Paulo: Ed. Brasiliense, 1980.

SUAIDEN, Emir. **A biblioteca pública no contexto da Sociedade da Informação.** Brasília, Ciência da Informação, v.29, n.2, mai/ago 2000.

TEIXEIRA, Flávio Weinstein. **O Movimento e a Linha: presença do Teatro de Estudantes e do gráfico amador no Recife (1946 -1964).** Recife: Editora Universitária da UFPE, 2007.

VAINSENER, Semira Adler. **Ingleses em Pernambuco.** Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Disponível em: <http://basilio.fundaj.gov.br>. >. Acesso em: 30 de jul de 2020.

VERRI, Gilda. **Templários da ausência em bibliotecas populares.** Recife: ed. Universitária (UFPE), 2010.